



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013882-07.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**  
 Requerente: **Jonas Canossa**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**JONAS CANOSSA** ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, pedindo a condenação ao pagamento de benefício acidentário, haja vista a incapacidade laboral decorrente de acidente típico sofrido no dia 27/07/1979, em São Carlos, com lesão no 1º dedo da mão esquerda, quando fazia uso de uma guilhotina de papel, sofrendo amputação parcial da falange distal.

O réu contestou, o pedido, sustentando decadência e prescrição, além de ausência dos requisitos para a percepção do benefício.

Réplica oferecida.

Processo saneado, afastando-se a decadência ou prescrição do fundo de direito e determinando-se a produção de prova pericial, cujo laudo aportou aos autos, oportunizando-se contraditório posterior às partes.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O acidente típico é incontroverso: a autora teve o terceiro dedo da mão esquerda apreendido por uma máquina de embalar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O perito bem observou a ausência de prova, nos autos, do acidente típico.

Entretanto, após a apresentação do laudo, o autor trouxe prova documental a esse respeito, qual seja, o documento de pág. 84, cópia da CTPS que não havia instruído a inicial e que indica a ocorrência do acidente nos moldes indicados na inicial.

Calha dizer que o réu foi intimado a manifestar-se sobre esse documento e não ofereceu qualquer impugnação a seu conteúdo ou autenticidade.

No mais, segundo o perito, está comprovada a redução da capacidade laborativa por conta da amputação da falange distal do polegar esquerdo do autor.

É evidente que poucos órgãos são tão importantes e, em poucos, um acidente pode levar a conseqüências tão sérias como as lesões envolvendo a mão, esta verdadeira máquina perfeita composta por pele, gordura, ossos, ligamentos, vasos, nervos, músculos e tendões (BENATTI, 1999).

Os tendões flexores fazem parte desse conjunto anátomo-fisiológico muito complexo da mão. São os principais elementos atuantes nos movimentos de preensão; preensão forte e vigorosa do operário que empunha uma marreta, preensão delicada e sutil do desenhista que traça as linhas corretas do perfil de um rosto ou de um hábil cirurgião que maneja seu bisturi em movimentos rápidos e precisos. Se para o operário a invalidez de uma de suas mãos significa a perda de sua capacidade para o trabalho, para os outros representa toda uma gama de dificuldades a começar pelo seu relacionamento do dia-a-dia (ANDRADE, 2002) (TJSP, Apel. nº 0110497-09.2008.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Antonio Moliterno, j. 26.10.10).

Lembre-se que a concessão do auxílio-acidente é determinada pela repercussão das sequelas na capacidade laborativa do obreiro, e não pela grau da lesão.

Neste sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

CONTROVÉRSIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. LESÃO MÍNIMA. DIREITO AO BENEFÍCIO. Conforme o disposto no art. 86, caput, da Lei 8.213/91, exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. Recurso especial provido. (REsp 1109591/SC, Rel. Min. CELSO LIMONGI, 3ª Seção, julgado em 25/08/2010 e publicado no DJe em 08/09/2010 - grifei)

Devido, então, o auxílio-acidente, desde a data de cessação do auxílio-doença, cessando no dia anterior ao da eventual concessão de aposentadoria de qualquer natureza.

Julgo procedente a ação e condeno o réu a (a) implementar em favor do autor o benefício do auxílio-acidente, no valor de 50% do salário-benefício, a partir do dia seguinte à cessação do auxílio-doença, inclusive abono anual (b) pagar os valores em atraso, respeitada a prescrição quinquenal, com atualização monetária desde cada vencimento e juros moratórios desde a citação sobre as parcelas vencidas até a citação, e desde cada vencimento em relação às vencidas após a citação.

Condeno o réu em honorários de 15% sobre o valor das parcelas vencidas até a prolação desta sentença.

Determino a aplicação, como índice de atualização monetária, do IPCA-E, para todo o período de incidência. Isto porque a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870.947, Tema 810, está produzindo efeitos, independentemente de não ter transitado em julgado. Em primeiro lugar, porque o art. 1.040 do CPC, para a deflagração dos efeitos dos recursos repetitivos e com repercussão geral, exige apenas a publicação do acórdão paradigma, e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

nada mais. Em segundo lugar, porque essa tem sido a sinalização do próprio STF em decisões monocráticas: Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli. Em terceiro lugar, cabe dizer que, em nova reflexão, não cabe aqui a aplicação analógica do que foi deliberado pelo STF nas ADIs 4357 e 4425. A analogia é inadequada ao caso porque há uma razão prática muito concreta para a modulação que lá se efetivou, qual seja: se não houvesse a modulação temporal as presidências de todos os TJs, TRFs e TRTs do país teriam de refazer os seus cálculos administrativos dos montantes devidos, retroativamente, o que daria ensejo a uma desorganização geral nos precatórios. Essa razão prática, porém, não se verifica no presente caso de simples condenações sem precatório expedido. Ressalva-se por fim, apenas, eventual alteração promovida pelo próprio STF futuramente, por exemplo em julgamento de embargos declaratórios ou em modulação dos efeitos, o que deverá ser respeitado, vez que se trata de matéria de ordem pública.

Os juros moratórios, por sua vez, observarão o disposto na Lei nº 11.960/09, correspondendo à remuneração adicional aplicada às cadernetas de poupança.

Veda-se a acumulação do auxílio-acidente com qualquer aposentadoria.

Submeto esta decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

P.I.

São Carlos, 26 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**